



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

DALVANNY SILVA E SOUSA FERREIRA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS AO
ALUNO SURDO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E O ENSINO DA LIBRAS NO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

DALVANNY SILVA E SOUSA FERREIRA

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS AO ALUNO
SURDO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E O ENSINO DA LIBRAS NO CENTRO DE
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do
Piauí.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Mayla Costa Magalhães

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

DALVANNY SILVA E SOUSA FERREIRA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS AO
ALUNO SURDO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E O ENSINO DA LIBRAS NO
CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção do
diploma do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Valença do Piauí.

Aprovado em: 04/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Mayla Costa Magalhães
Instituto Federal do Piauí *campus* Valença

Prof. Lucivânia Leite Rodrigues
Instituto Federal do Piauí *campus* Valença

Prof. Esp. Jossiane Soares Santos
Instituto de Ensino Dom Quixote

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS AO ALUNO SURDO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E O ENSINO DA LIBRAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Dalvanny Silva e Sousa Ferreira¹
Mayla Costa Magalhães²

RESUMO

A educação é direito da sociedade e ela deve alcançar a todos, e garantir às pessoas com deficiência auditiva o acesso à educação inclusiva. A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. O objetivo do trabalho é Investigar as práticas pedagógicas dentro do atendimento educacional especializado e em escolas regulares de ensino em Valença do Piauí. Partindo desse pressuposto foram utilizados para embasamento teórico Mori, Gois, Furtado, Espindola, Oliveira bem como a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da educação. Foi realizado questionários com as professoras de Ciências Naturais em duas escolas da rede regular de ensino do município de Valença, com o diretor do Atendimento Educacional Especializado e com a professora de Libras que atua como intérprete em uma das escolas, bem como a observação de uma semana de aula nas escolas. É possível concluir-se que o ensino do aluno surdo nas escolas regulares de ensino não está sendo inclusivo, pois é imprescindível que o município ofereça uma escola que traga a educação bilíngue, onde o ensino é regrado na Libras sua língua materna e no português na modalidade escrita como segunda língua, bem como conhecer sua história, suas conquistas e desafios até os dias de hoje.

Palavras-chave: Ensino Inclusivo; Metodologias; Deficiência Auditiva.

ABSTRACT

Education is a society's right and it must reach everyone, and ensure that people with hearing impairments have access to inclusive education. Special education permeates all levels, stages and other teaching modalities without replacing them, offering its students services, resources and strategies for accessibility to the school environment and knowledge. The objective of this work is to Investigate the pedagogical practices within the specialized educational service and in regular schools in Valença do Piauí. Based on this assumption, Mori, Gois, Furtado, Espindola, Oliveira were used for the theoretical basis, as well as the Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of education. Questionnaires were carried out with the Natural Sciences teachers in two schools of the regular education network in the municipality of Valença, with the director of Specialized Educational Assistance and with the Libras teacher who acts as an interpreter in one of the schools, as well as the observation of a school week in schools. It is possible to conclude that the teaching of deaf students in regular schools

¹ Graduanda em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença. E-mail: dalvannysilvaferreira@gmail.com.

² Professora Especialista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, campus Valença. E-mail: mayla.magalhaes@ifpi.edu.br

is not being inclusive, as it is essential that the municipality offers a school that brings bilingual education, where teaching is ruled in Libras, its mother tongue, and in Portuguese in writing modality as a second language, as well as knowing its history, its achievements and challenges to the present day.

Keywords: Inclusive Education; Methodologies; Hearing deficiency.

Data de aprovação: 04/07/2023

1 INTRODUÇÃO

A educação é direito da sociedade e ela deve alcançar a todos, incluindo as pessoas com surdez, que necessitam de um ensino pautado na inclusão e na adequação às suas especificidades, e que segundo o artigo 205 da Constituição Federal "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. Garantindo a pessoas com deficiência auditiva o acesso à educação inclusiva e de qualidade assim, definindo o que é a pessoa surda no art. 2º da Lei nº 10.436 que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, considera que é "[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras)" (BRASIL, 2005).

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), versa no seu Art. 2º a finalidade da educação,

"A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996, p. 08).

Nesse contexto, a intenção de se promover uma educação que todos tenham acesso independente de suas características, de modo que se busque pela qualidade de vida para toda a sociedade, no intuito de proporcionar a todo e qualquer sujeito. A educação não só traz conhecimento profissional, como também auxilia no processo de entendimento pessoal.

Desse modo, consoante Cezar e Almeida (2020), a educação do aluno surdo é uma discussão recente. Percebeu-se que houve um grande retrocesso, como pode ser observado no Congresso de Milão em 1880 na Itália, que reuniu vários educadores ouvintes e claramente não possibilitou uma boa discussão acerca do assunto. Com o resultado do Congresso predominou a concepção do "oralismo puro", e conjecturando a Língua de Sinais retrocesso. O resultado foi bem negativo, uma minoria dos educadores deram seu voto a favor das línguas de sinais para a educação de surdos e o que vigorou foi o oralismo.

Com o congresso de Milão houve a proibição oficial do uso da Língua Brasileira de Sinais na educação dos surdos, ao ponto de desistirem de estudar. Somente em 2010 no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos em Vancouver foi que as resoluções de 1880 foram revogadas.

Atualmente vivencia a era da política de inclusão, onde diz que pessoas com deficiência têm o direito e dever de permanecer na escola. Segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p. 01).

A lei discorre sobre o direito à igualdade que as pessoas com deficiência devem ter, e que com isso elas devem ser inseridas e aceitas plenamente na sociedade, porque é dever do Estado estabelecer as condições necessárias para que isso ocorra.

Apesar de todas as discussões e legislações que amparam as pessoas com deficiências, ainda existem inúmeros obstáculos que são enfrentados por estes, seja na acessibilidade de ambientes, na educação, no trabalho, a luta contra o preconceito e na vida em sociedade geral. Mas com os anos isso vem melhorando e é preciso muita luta e compreensão por parte dos governantes e da sociedade. De acordo com o capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Assim, evidencia que as pessoas com deficiência têm o direito de ter uma educação inclusiva e de qualidade, pois ela é o pilar de uma sociedade. O ensino deve ser inclusivo ao longo de toda Educação Básica, e, é imprescindível que haja esse estímulo dentro da sala de aula para que essas pessoas possam demonstrar todas as suas habilidades e independência, e para que a aprendizagem seja significativa e explore todo o seu potencial.

Contextura a importância da Língua Brasileira de Sinais no ensino ao aluno surdo, com base na Lei nº 10.436 de 2002 no artigo I, que, “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras [...]”. Com a utilização da Libras no Atendimento Especial Especializado-AEE, e na Sala Regular o processo de ensino de alunos com surdez se tornará eficiente e significativo, tendo em vista que a Libras é o meio legal de comunicação do sujeito com surdez. Desse modo, o ensino bilíngue apresenta a Primeira Língua (L1) a Língua Brasileira de Sinais, e a Segunda Língua (L2) o Português na modalidade escrita, se torna muito mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

A resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, no parágrafo único diz que,

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001, p. 01).

Essa resolução exemplifica a importância do AEE desde a infância, e que com isso a criança já terá auxílio nos seus primeiros anos de vida, auxiliando-a na sua formação educacional, profissional e como cidadão.

Diante disso, além da importância do profissional dentro do AEE, é visto que, segundo Oliveira e Ferraz (2021), o “[...] profissional que estabelece uma relação direta com o aluno surdo nas escolas regulares é o professor de Ciências, atuante no Ensino Fundamental”. Que ensina a origem das coisas, além, também dos saberes técnicos da biologia, química e física.

Nesse cenário, o presente estudo se depara com o seguinte problema de pesquisa: O ensino no AEE e o de Ciências naturais na escola Professor João Calado e na Oto Martins Veloso está favorecendo o processo inclusivo?

Com isso, o estudo tem como objetivo geral Investigar as práticas pedagógicas utilizadas no Atendimento Educacional Especializado nas escolas regulares de ensino no município de Valença do Piauí, e como objetivos específicos: 1- identificar as metodologias usadas pelos docentes e pelo ensino da Libras no atendimento educacional especializado e nas escolas regulares; 2- conhecer a formação dos docentes na área de educação especial com alunos surdos; 3- compreender quais dificuldades os(as) professores(as) de ciências naturais da escola regular e do CAEE encontram no trabalho com o(a) aluno(a) surdo(a).

A referida pesquisa surgiu a partir da curiosidade e de um enorme interesse na inclusão das pessoas com deficiência e do seu desenvolvimento pessoal a partir da educação. Bem como da consciência da necessidade de cada vez mais ampliar o ensino com enfoque na Língua Brasileira de Sinais e de metodologias que abracem o ensino aprendizagem das pessoas surdas nos ambientes escolares.

Em razão da cidade de Valença do Piauí-PI ser um polo importante do Vale do Sambito, o trabalho se faz necessário para a compreensão, e reflexão sobre como a educação e inclusão de surdos está sendo realizada no município com reflexo na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e escolas da rede pública. Dessa pesquisa busca contribuir para o entendimento da importância do ensino de Libras nas escolas, bem como a necessidade de uma formação de qualidade dos profissionais da educação visando uma ampliação das metodologias utilizadas nas aulas com alunos surdos de forma a propiciar o melhor desenvolvimento dos mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMO O SURDO ERA VISTO NA SOCIEDADE

Segundo Cândido, Ribeiro e Oliveira 2021 o surdo era visto de diferentes maneiras na Idade Antiga e em várias civilizações, como na Grécia Antiga na cidade de Esparta que os bebês nascidos com quaisquer deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Na Roma antiga os plebeus e os nobres tinham que autorizar o Estado a sacrificar seus filhos e até mesmo entrar na prostituição. Os surdos na civilização grega e romana eram vistos como não-humanos pois não falavam portanto não tinham pensamentos e nem direito a escolarização, herança e casamento.

Os surdos não eram considerados pessoas "dignas" visto que na época os poderosos mantinham essas pessoas afastadas da sociedade. Muitas vezes isolados em regiões de cidades menores, até mesmo da comunidade eram forçados a fazer trabalhos desprezíveis, vivendo sozinhos e muitas vezes à beira da miséria, sendo considerados imbecis (CÂNDIDO, RIBEIRO & OLIVEIRA, 2021).

Segundo Matos & Lobato 2017 "(...) Surdos antigamente serem vistos como pessoas "anormais", "ineducáveis" e "doente das orelhas", por muitos anos não tinham direito à vida considerados seres nascidos por maldição". Naquela época em alguns estados as pessoas com deficiência, principalmente as pessoas surdas eram deixadas de lado, maltratadas e desprezadas pela sociedade e pela família.

Silva e Reis 2021 indagam como os surdos também eram vistos em algumas civilizações "(...) como semideuses e criaturas protegidas e privilegiadas pelos deuses". É visto que durante a idade antiga os surdos foram vistos de diferentes maneiras menos de pessoas dignas, seres humanos que têm suas limitações mas que conseguem serem o que quiserem basta a sociedade respeitar e conviver de maneira igualitária.

A idade média não foi diferente, os surdos não tinham direito à vida, algumas sociedades destinavam tratamentos desumanos e eram mortos por diversos motivos banais (MAIA, 2017, p. 107).

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM SURDEZ

Em 1500 na Alemanha o monge beneditino Pedro Ponce de Leon inaugurou a primeira escola para surdos, onde ensinava aos filhos surdos de famílias nobres algumas matérias e línguas. Ele inovou utilizando como uma prática pedagógica a datilologia (STROBEL, 2009, p. 20).

O alemão Samuel Heinicke tinha como pressuposto o oralismo puro, onde fundou em 1778 uma escola que buscava ensinar de forma clara e concisa o português para os alunos surdos. Ele buscava que os seus alunos aprendessem a oralizar sem utilizar gestos (STROBEL, 2009, p. 21).

No ano de 1814 nos Estados Unidos o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) se interessa pela história de uma menina surda que não frequentava escola por ser surda, viaja para a França e convide Laurent Clerc melhor aluno do Instituto Nacional para Alunos Surdos de Paris para vir para a América, juntos fundaram em Hartford, no dia 15 de abril, a primeira escola permanente para surdos nos Estados Unidos, denominada “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas”. Foi a partir dessa iniciativa que a ideia de uma escola para surdos foi se espalhando por todo o país (STROBEL, 2009, p. 23).

A história da educação das pessoas com surdez perpassa por vários cenários ao longo dos anos, desde a sua completa insistência até a sua tímida iniciação. Segundo Carvalho & Nóbrega 2015, a educação dos surdos surgiu a partir do Congresso de Milão na Itália em 1880, onde foi proibida a utilização da língua gestual nas escolas, provando-se que a oralização era superior. O que dificultou o avanço dessa língua e os direitos das pessoas com surdez de utilizar da sua língua materna.

A educação das pessoas surdas não seguiu uma sequência linear, foi realizada em vários sucessos e retrocessos, "segundo a filosofia oralista, os sinais atrapalham a fala, impedindo dos surdos a falarem" (MORI; SANDER, 2015). Assim, apenas a partir da década de 1960 a língua de sinais é reconhecida como uma língua oficial das pessoas surdas.

No Brasil a educação dos surdos surgiu com o convite de Dom Pedro II ao professor surdo Ernest Huet, que era Francês, ele chegou ao Brasil e fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos o INES, fundado em 1857. (CARVALHO & NÓBREGA, 2015, p. 03).

Mori & Sander 2015 discorre sobre a origem da nossa língua brasileira de sinais "(...) que tem suas raízes linguísticas na França", diferentemente da nossa língua oral que surgiu em Portugal.

2.3 LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM SURDEZ

O parágrafo único do decreto nº 5.626, de dezembro de 2005, institui que deficiência auditiva é a "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz".

Diante disso, se torna imprescindível o uso da Língua Brasileira de Sinais pelas pessoas surdas, pois ela é reconhecida como língua materna dos surdos, e conforme a Lei nº 10.436 de 2002, a Libras é:

"a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de

transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil" (BRASIL, 2002).

É imprescindível salientar a importância do dever do estado para com o ensino inclusivo de pessoas com deficiência, diante do decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, no seu artigo 1º incisos I à VIII é dever do estado a educação especial, e o ensino deverá ser inclusivo em todos os níveis sem discriminação e ao longo de toda a sua vida, também é garantido o ensino fundamental gratuito e o Poder Público deve apoiar tecnicamente e financeiramente às instituições de ensino que atendem esses alunos (BRASIL, 2011).

À vista disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) descreve o que é a educação especial,

"Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996).

É dever do estado assegurar uma educação igualitária e de qualidade em todos os anos e modalidades de ensino, as pessoas que necessitam de uma educação especial e inclusiva, devem ser explorados todos os seus potenciais. Assim, é necessário que haja adaptações não só na infraestrutura, mas também nas metodologias e materiais utilizados dentro da sala de aula.

Na LDB em seu artigo 58, incisos 1º, 2º e 3º da Lei nº 13.632, de 2018 consta os serviços e apoios que deverão conter dentro da escola regular para pessoas que necessitam de uma educação especial,

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (BRASIL, 1996).

O inciso 2º do artigo 2º do decreto nº 7.611, relata sobre o atendimento educacional especializado, que deve estar incluso dentro do alento da escola, além de envolver a família, e as políticas públicas no processo de ensino dessas pessoas. Este inciso descreve que o atendimento educacional especializado deverá estar incluído na proposta pedagógica da escola, deve atender às necessidades específicas dos alunos e envolver a família no processo educacional (BRASIL, 2011).

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ALUNO SURDO

De acordo com Gois et al. (2020), a falta de infraestrutura e de recursos acarreta na má utilização de metodologias que acabam sendo desafiadoras para os alunos, também a ausência do interesse dos pais ou responsáveis para com o trabalho do professor, são alguns dos impasses encontrados pelos autores.

Nos estudos de Jesus & Fernandes (2017), eles demonstram as dificuldades na execução da política da educação bilíngue e que na teoria a Libras é para ser a primeira língua (L1) e o português na modalidade escrita a segunda língua (L2), entretanto na prática o que predomina é a L2 e a L1 acaba sendo secundarizada.

Oliveira & Ferraz (2021), estudaram o trabalho do professor de Atendimento Educacional Especializado, Intérprete Educacional e o de Ciências naturais, com uma aluna surda. Observaram que há ainda limitações, e uma delas é a falta de formação de profissionais qualificados, por existirem lacunas dentro das práticas utilizadas para o ensino dessa aluna surda e a falta de articulação das instituições visando um ensino de qualidade.

Na pesquisa feita em uma sala de aula mista (alunos ouvintes e surdos), com o 6º ano, na matéria de Ciências naturais do ensino fundamental na cidade de Ponta Grossa - PR, e com a professora e o Intérprete de Libras, Espindola et al. (2017) conseguiram alcançar como resultado da atividade lúdica realizada sobre Biomas, onde foi feito um mapa, com cartas de perguntas e respostas contendo imagens, que com esse método de ensino os alunos obtiveram mais acertos do que erros, além da participação e interação de todos na sala de aula. Outro fator observado e importante foi que os alunos ouvintes tinham conhecimento de Libras e ajudavam com sinais o aluno surdo da sala.

Porém uma das dificuldades encontradas é que os alunos ouvintes se empolgavam e se alteravam, esquecendo de ajudar o aluno surdo, e que com isso a professora teria que buscar maneiras para dar atenção ao aluno surdo e a turma. O autor ainda exemplifica a importância do bilinguismo dentro da sala de aula, e a educação continuada em Libras por parte dos professores da escola, e de metodologias que atendam as especificidades de cada aluno, buscando a não exclusão e a aprendizagem significativa.

No trabalho de Oliveira et al. (2019), realizado em duas escolas em uma cidade do sul de Minas Gerais, foi observado a articulação entre os profissionais do AEE e o ensino de Ciências Naturais. Realizou-se a elaboração de um questionário com as professoras objetivando conhecer sobre o trabalho realizado por elas. Algumas dificuldades foram observadas, dentre elas o déficit de articulação concreta entre os profissionais, visto que com a falta de qualificação adequada, e a individualidade na hora da elaboração das avaliações, sem haver uma reunião entre as professoras, torna o ensino precário, pois o aluno surdo necessita da atenção e acolhimento por parte da escola e dos profissionais nelas inseridos.

É visto que os déficits estão presentes em todos os trabalhos observados tanto dentro da metodologia no ensino de ciências naturais quanto na formação de profissionais qualificados. Segundo Furtado et al. (2017), as barreiras para o ensino de Surdos, de forma geral, têm sido muitas, o que influencia também no processo de ensino-aprendizagem de ciências naturais. Essa dificuldade no ensino de alunos surdos se dá com a falta de discussões acerca desse assunto, tanto dentro da sociedade, quanto no processo de formação de profissionais.

Furtado et al. (2017), ainda comentam sobre as consequências devido a essas dificuldades encontradas na sala de aula para com o ensino de ciências naturais, onde diz que, "Todas estas barreiras citadas, assim como muitas outras, trazem consequências severas para a transmissão do conhecimento científico, ou seja, o acesso à educação (direito adquirido) fica mais uma vez impedido". Onde os termos utilizados são científicos e que muitas das vezes não tem sinais e nem materiais que possam auxiliar, o que dificulta na aprendizagem dos alunos surdos, além disso esses discentes são visuais, ou seja a utilização de imagens é imprescindível para o seu ensino.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa que, de acordo com Ferreira (2015), sua diferença básica é a forma como os cientistas representam o real, percebendo a realidade social através de números ou de aspectos subjetivos. E exploratória de

estudo de caso, que segundo Yin (2001) é um método que permite o estudo aprofundado de um ou poucos objetos, possibilitando o seu conhecimento amplo e detalhado.

3.2 LOCAL E PÚBLICO-ALVO

Essa pesquisa foi realizada no Centro de Atendimento Educacional Especializado-CAEE, e nas escolas públicas da rede municipal, Professor João Calado e Oto Martins Veloso que possuem alunos surdos na cidade de Valença do Piauí-PI. Tendo como audiência o diretor, e a professora de Libras e Intérprete CAEE, como as duas professoras de Ciências Naturais que atuam como docentes dos alunos surdos nas escolas referidas.

3.3 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada no mês de maio de 2023, onde os dados foram coletados através de quatro questionários abrangendo perguntas subjetivas, um aplicado ao diretor do CAEE contendo seis (n=6) perguntas, outro destinado a professora de Libras e intérprete do CAEE contendo seis (n=6) perguntas, e outros dois contendo dez (n=10) perguntas apresentados às professoras de Ciências Naturais das duas escolas municipais que possuem alunos surdos.

De início foram assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Apêndice D) e logo após foram entregues os questionários (Apêndices A, B e C) fornecendo uma semana para que fossem respondidos. Após a coleta dos questionários, foram observadas uma semana de aulas durante os dias 03, 05 e 08 ministradas pelas professoras de Ciências Naturais nas salas dos alunos surdos das escolas selecionadas.

Os questionários aplicados versam sobre a formação dos profissionais, formação em educação especial e em Língua Brasileira de Sinais, as metodologias utilizadas nas aulas, dificuldades encontradas no ensino de Ciências Naturais e de Libras, e se o processo de ensino e aprendizagem está realizado de forma inclusiva e com qualidade.

Com isso após a aplicação dos questionários realizou-se discussões acerca das práticas pedagógicas utilizadas no Centro de Atendimento Educacional Especializado e nas escolas regulares de ensino do município de Valença, em confronto com o que é disposto nas leis e resoluções que tratam sobre o direito das pessoas com deficiência na educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados foi feita através de quadros contendo as informações de cada pergunta individual, realizando comparações com o que é disposto em pesquisas da literatura atual, Leis e Resoluções acerca do direito das pessoas com deficiência na educação. Avaliou-se primeiramente o trabalho das professoras de Ciências Naturais nas escolas regulares de ensino, em seguida o diretor e a professora do Centro de Atendimento Educacional Especializado-CAEE. As professoras de Ciências Naturais foram identificadas por P1 e P2, a professora do CAEE por PA e o diretor por DA.

4.1 Questionários aplicados às professoras de Ciências Naturais das escolas regulares

As perguntas 1 e 2 indagam sobre a formação e o tempo de trabalho na função atual. A P1 tem formação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e trabalha na função à 1 (um) ano e 9 (nove) meses, e a P2 tem formação em Licenciatura Plena em Pedagogia e trabalha na função a 9 (nove) anos.

A terceira pergunta é sobre a metodologia que busca conseguir a atenção dos alunos e para que o aprendizado seja significativo:

Quadro 01. Metodologia que busca a atenção dos alunos

P1	Uso de estratégias de fala pausada para que o aluno faça leitura labial e busco sempre fazer atividades que envolvam o aluno.
P2	O aluno surdo tem intérprete.

Fonte: próprios autores (2023)

Com relação a metodologia utilizada a P1 usa somente a fala pausada e atividades para envolver o aluno, já a P2 não utiliza de nenhuma metodologia visto que há intérprete na sala para o aluno. Durante a observação das aulas foi visto que a P1 traz desenhos no quadro sobre os assuntos, pergunta diretamente e pausadamente para o aluno, visto que ele obtém o implante e escuta, porém não sabe a Língua Brasileira de Sinais, na observação da P2 foi visto que ela apenas dá sua aula para os ouvintes e a intérprete faz seu trabalho que é interpretar todo o assunto, às vezes faz desenhos no quadro para a maior compreensão e repete o assunto até o aluno surdo compreender.

O aluno surdo necessita de metodologias que sejam visuais como maquetes, desenhos coloridos e destacados, relação de nome e imagem, para que ele possa associar e entender determinados assuntos. Que segundo Santos et al. (2021) são materiais que podem ser úteis na explanação de temas em Ciências e que devem ser utilizados pelos professores, servindo a todos os alunos, seja ele surdo ou ouvinte.

Na quarta pergunta, questiona quais recursos adicionais (além da explicação e livro didático) as professoras usam para que o aluno com surdez possa aprender o assunto completamente:

Quadro 02. Recursos adicionais para alunos com surdez

P1	Atividades mais ilustrativas.
P2	O aluno da sala tem interação, e uma excelente intérprete.

Fonte: próprios autores (2023)

Nesta pergunta a P1 traz atividades ilustrativas, isso é de extrema importância faz com que o aluno relacione o assunto visualizando-o, porém existem diversos outros recursos que poderão ser utilizados como o data-show trazendo vídeos e imagens, atividade de relacionar e diversas outras, é preciso inovar e não se prender a apenas um recurso.

É visto que a P2 se prende muito na intérprete que está na sala de aula e que não busca atividades diferenciadas e que incluía-o com toda a turma, deixando a política de inclusão, fazendo com que o aluno esteja somente inserido. O papel do intérprete é totalmente diferente do professor, ele está ali para interpretar e não para dar aula. Lacerda & Poletti (2004) diz que a responsabilidade do ensino não pode ser vista como exclusiva do TILS, já que seu papel principal é interpretar.

A quinta pergunta é sobre a formação em educação especial:

Quadro 03. Formação em educação especial

P1	Não.
P2	Sim.

Fonte: próprios autores (2023)

A formação em educação especial é muito importante, visto que para se trabalhar com o aluno surdo é preciso um conhecimento muito aprofundado em relação a metodologia, recursos e inclusão na sala de aula. Apenas a P2 disse ter formação, infelizmente é a realidade de muitos profissionais, a falta de formação adequada, porém com o passar dos anos os docentes estão buscando muito mais ativamente por formações e aprimoramentos. Segundo Cartolano (1998):

Não podemos pensar isoladamente a formação do professor de educação especial. Ao contrário, é preciso considerá-la como parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral e submetê-la, portanto, às mesmas discussões que se vêm fazendo neste âmbito, seja no âmbito nacional, estadual ou regional (CARTOLANO, 1998 p. 29).

A sexta pergunta indaga se as professoras sabem a Língua Brasileira de Sinais:

Quadro 04. As professoras sabem a Língua Brasileira de Sinais

P1	Não.
P2	Não.

Fonte: próprios autores (2023)

Tanto a P1 como a P2 não sabem a Língua Brasileira de Sinais, e a sua utilização é imprescindível para que o processo de ensino-aprendizagem seja completo visto que é a Língua materna da comunidade surda. Santos (2021) disserta que, é sabido o quanto a diversidade de alunos se faz presente no contexto escolar, colocando a instituição a se reinventar, desconstruir e construir um novo espaço educacional, que favoreça a construção pessoal e social de seus alunos, tornando-os seres ativos, críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade. Quando se tem alunos com especificidades na sua escola é preciso formação e conhecimento de como proceder para que aquela necessidade do aluno seja solucionada.

A sétima pergunta questiona se as professoras acham que os(as) alunos(as) surdos(as) estão sendo incluídos na sala de aula:

Quadro 05. Professoras acham que os alunos surdos estão sendo incluídos na sala de aula

P1	Sim.
P2	Sim.

Fonte: próprios autores (2023)

A P1 e a P2 responderam que os alunos surdos estão sendo integrados na sala de aula, porém não relatam como. Ribeiro (2013) comenta que após anos utilizando a política do oralismo o que prevalece atualmente é o bilinguismo, pois só assim a inclusão social e educacional dos alunos vai acontecer, a partir do respeito com a condição bilíngue e bicultural, ou seja a Libras tem que estar presente no processo de ensino e aprendizagem. O que não foi observado na sala da P1, visto que não tem intérprete e que o aluno é oralizado e não sabe Libras.

Na oitava pergunta analisa as dificuldades no ensino ao aluno(a) surdo(a):

Quadro 06. Dificuldades no ensino ao aluno surdo

P1	Não.
P2	Não.

Fonte: próprios autores (2023)

As duas professoras relataram não obter nenhum tipo de dificuldade em relação ao ensino do aluno surdo. Isso significa na opinião das P1 e P2 que o ensino-aprendizagem desses alunos está sendo de qualidade. Já o trabalho de Santos et al. (2021) identificou diversas dificuldades por parte dos docentes como:

O dinamismo, uso de metodologias, recursos e formação, estão entre os fatores apontados por estes profissionais, refletindo desta forma em não saberem como executar o processo de ensino e promover a aprendizagem da disciplina aos alunos surdos, a ausência de formação específica em Libras, pouca ou nenhuma comunicação com sinalização, falta de materiais que envolva imagens, sinais e outros recursos visuais, são ainda elementos que dificultam tal abordagem (SANTOS et al. 2021, p. 09).

A nona pergunta estuda se as professoras consideram que o(a) aluno(a) surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade:

Quadro 07. O aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade

P1	Da minha parte, sim.
P2	Sim

Fonte: próprios autores (2023)

Um ensino inclusivo e de qualidade é direito de todos, sabemos que a base é a educação e é ela que nos leva onde queremos chegar, então é importantíssimo. Tanto a P1 como a P2 disseram que sim, o ensino está sendo inclusivo e de qualidade. Fernandes & Moreira (2009) comentam que a educação bilíngue é responsável pelo processo de inclusão escolar por que só ela evidencia que a Libras deve estar no processo de ensino do surdo. Então não é possível afirmar que as pessoas com deficiência auditiva estão tendo um ensino inclusivo e de qualidade, visto que isso só será possível em uma escola bilíngue que traz para eles o português na modalidade escrita e a Libras como primeira língua, a materna.

Nesse contexto Silva & Oliveira (2015) relata que: a pessoa surda no âmbito da inclusão no ensino regular necessita de propostas educacionais que possam atender às suas necessidades e acredita-se que com uso do lúdico em sala essas necessidades poderão ser resolvidas ou ao menos amenizadas.

A décima interrogação busca saber se há apoio da escola ou de instituições especializadas em relação ao ensino do aluno com surdez:

Quadro 08. Há apoio da escola e de instituições no ensino do aluno com surdez

P1	Sim. A escola dispõe de sala de recursos que oferece suporte ao aluno.
P2	Sim.

Fonte: próprios autores (2023)

As profissionais relataram que há sim apoio, a P1 especificou a participação da sala de recursos o Atendimento Educacional Especializado dentro da escola, que é de extrema

relevância pois ela vai oferecer todo o suporte aos alunos que necessitam de uma atenção especial. Costa & Figueiredo (2018) comentam sobre o objetivo do AEE:

O objetivo do AEE é complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (COSTA & FIGUEIREDO, 2018, p. 02)

4.2 Perguntas direcionadas a professora de AEE

A professora do CAEE ensina LIBRAS e é intérprete de um aluno surdo na escola Professor João Calado. As perguntas 1 e 2 são sobre a formação e o tempo de trabalho na função atual, a professora respondeu que é formada em Licenciatura em Pedagogia, Letras Libras, Especialista em Educação Especial com habilidade em Libras, e que trabalha há 13 anos nesta função.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, artigo 28 parágrafo 2 e inciso I descreve que: I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras. O que não acontece com a professora atuante como intérprete na sala de aula, visto que a mesma não possui a formação adequada para a sua atual função e é de extrema importância que os profissionais que trabalham com alunos surdos tenham no seu processo de ensino-aprendizagem profissionais qualificados.

A terceira pergunta é sobre as dificuldades no ensino da LIBRAS ao aluno surdo:

Quadro 09. Dificuldades no ensino da Libras ao aluno surdo

PA	Sim, quando comecei ainda não tinha formação na área.
-----------	---

Fonte: próprios autores (2023)

A intérprete e professora de LIBRAS relata a sua dificuldade, visto que no começo do seu trabalho nessa área ela não tinha formação adequada e teve que buscá-la. Intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda e apresentam suas particularidades, suas identidades (COSTA & FIGUEIREDO 2018, p. 12).

Quarta pergunta é sobre o âmbito escolar se a docente acha que o aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade, respeitando seus limites e seu tempo de aprendizado:

Quadro 10. O docente acha que o aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade

PA	Não, porque na realidade o ensino adequado para o surdo seria na escola bilíngue.
-----------	---

Fonte: próprios autores (2023)

A política do bilinguismo é amparada pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu artigo VI artigo 22. Santos et al. (2021) narra sobre a filosofia do bilinguismo:

Na filosofia do Bilinguismo, a pessoa surda deve assumir sua condição de surdo como parte de sua identidade, não tendo que se adequar à realidade da comunidade ouvinte, imposição que muito ocorreu no passado, quando este era forçado a se utilizar da filosofia oralista (SANTOS et al., 2021 p. 05).

Dentro da escola o aluno tem intérprete, porém é um ensino regular onde predomina o português e a oralização, e não uma instituição que oferece o ensino bilíngue onde a Libras é ensinada como língua materna e o português é utilizado na modalidade escrita.

A quinta pergunta expõe qual a importância do Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo:

Quadro 11. Importância do Atendimento Educacional Especializado

P A	Promover o ensino da Língua de Sinais e do português na modalidade escrita, bem como o estudo dos conteúdos da sala regular.
----------------	--

Fonte: próprios autores (2023)

O Centro de Atendimento Educacional Especializado deve estar presente durante todo o processo de ensino-aprendizagem, pois ele irá fornecer meios para que o aluno surdo compreenda além da LIBRAS, conceitos básicos que eles necessitam conhecer para poder viver em sociedade. A resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 institui as Diretrizes para o atendimento educacional especializado, o seu objetivo, quem participa, seus direitos e deveres. Portanto é de extrema importância as escolas oferecerem a sala de AEE que segundo Silva & Oliveira (2015):

Na perspectiva inclusiva, as salas de AEE foram criadas com o intuito de atender aos alunos com deficiência que cursam as salas regulares de ensino e no contra turno sejam atendidos em suas especificidades com o objetivo de dirimir as suas dificuldades de aprendizagem, devendo garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar os obstáculos que possam surgir durante todo o processo escolar, onde os discentes atendidos sintam-se integrados no espaço educacional (SILVA & OLIVEIRA 2015, p. 01).

Na sexta pergunta indaga se a escola oferece formação e/ou campanhas para a melhoria do ensino ao aluno com surdez:

Quadro 12. Formação e campanhas para a melhoria do ensino do aluno surdo

PA	Não.
-----------	------

Fonte: próprios autores (2023)

É de suma importância a escola oferecer formações, palestras e campanhas com o objetivo de propor e trazer discussões acerca da educação especial e da preparação de profissionais. A resolução SE 68, de 2017, alterada pelas Resoluções SEDUC nº 16, de 2022 e Resolução SEDUC nº 92, de 2021 no seu artigo 18 exemplificam que os docentes e os demais profissionais que atuam na educação especial deverão participar das ações de formação continuada desenvolvidas pela escola e também por órgãos. (BRASIL, 2022, p. 06).

O decreto nº 5.626 de 2 de dezembro de 2005 em seu art. 14 expõe que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, p. 07, 2005).

Para que isso ocorra deve haver cursos de formação continuada para professores sobre o uso e o ensino da Libras, português na modalidade escrita e também a interpretação da língua brasileira de sinais. É preciso compreender a importância da matéria de Libras nas

graduações bem como sua carga horária maior, em relação a isso Santos et al (2021) comenta que a formação:

(...) pode se materializar com a disponibilização, ainda na graduação, de uma carga horária maior da disciplina de Libras, dividida em etapas, tais como: uma etapa introdutória, uma etapa com práticas em sala, e uma terceira etapa com estágio nas escolas regulares e oficinas de modelos didáticos específicos da disciplina. Nesta última, é importante considerar o uso de recursos pedagógicos visuais que envolvam a utilização de imagens como método de ensino, bem como oriente o futuro docente em como deve agir diante de seus alunos surdos (SANTOS et al 2021, p. 03).

4.3 Perguntas relacionadas ao diretor do Atendimento Educacional Especializado na cidade de Valença do Piauí-PI.

A primeira pergunta para o diretor do AEE foi sobre a função e quem o Atendimento Educacional Especializado - AEE atende:

Quadro 13. Qual função e qual público alvo do AEE

DA	O AEE oferece o complemento e suplemento educacional, com o intuito de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de modo a eliminar as barreiras da inclusão. Atende pessoas com deficiência e/ou transtornos.
-----------	---

Fonte: próprios autores (2023)

Por isso, as instituições devem buscar maneiras para ter uma sala de AEE, por que ela irá auxiliar no processo educacional dos alunos com necessidades específicas. O artigo 2º da resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009 vem trazendo a função do AEE:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, p. 01).

A segunda pergunta buscou saber qual a importância do AEE dentro do município de Valença do Piauí?

Quadro 14. Importância do AEE para o município

DA	É importante para incluir o aluno com deficiência, de modo que oportunize de forma "igualitária" e com equidade o ensino-aprendizagem.
-----------	--

Fonte: próprios autores (2023)

Ter um Centro de Atendimento Educacional Especializado no seu município é fundamental, pois aquelas pessoas que necessitam dessa instituição não terão que sair da sua cidade em busca desse atendimento que só traz benefícios no processo educacional de pessoas com surdez. Nesse viés o AEE se torna crucial no processo de formação educacional das pessoas com surdez, Arrais, Rodrigues & Correio (2015) comentam que:

(...) a educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem a necessidade de provocar mudanças na escola propondo ações que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais (ARRAIS, RODRIGUES & CORREIO, 2015, p. 292-293).

A terceira pergunta questiona se há uma relação entre escola e AEE:

Quadro 15. Relação entre a escola e o AEE

DA	Sim, as salas de recursos trabalham em conjunto com toda a escola.
-----------	--

Fonte: próprios autores (2023)

Santhiago & Colonetti (2017), comenta que a relação e o diálogo entre os professores regentes e os professores do atendimento educacional especializado auxiliam no entendimento das necessidades específicas de cada aluno e que o planejamento deve ser feito em conjunto, bem como a conversa sobre as limitações e superações alcançadas.

A quarta questão buscou entender quais dificuldades a instituição enfrenta frente às necessidades das pessoas com surdez:

Quadro 16. Dificuldades enfrentadas pela instituição AEE

DA	Implantar o bilinguismo, visto que necessita de capacitação. O município está elaborando estratégias.
-----------	---

Fonte: próprios autores (2023)

Vê-se que o município não ofertar o ensino bilíngue acaba prejudicando o processo educacional das pessoas com deficiência auditiva, o decreto nº 5.626 de 2005, art. 22 vem tratando que as instituições federais da educação básica devem garantir a inclusão, e ela acontecerá por meio de escolas bilíngues que é garantido por lei no inciso 1: "escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental".

Arrais, Rodrigues & Correio indagam que "as ações voltadas para a educação do surdo devem estar em consonância com a filosofia educacional bilíngue. Trata-se de tomadas de medidas que valorizem e respeitem a diferença cultural e linguística desse público".

Na quinta questão interroga sobre os projetos ou campanhas em escolas para mostrar a importância do AEE:

Quadro 17. Campanhas sobre a importância do AEE

D A	O Centro de Atendimento Educacional Especializado irá iniciar um curso de Libras para os profissionais.
----------------	---

Fonte: próprios autores (2023)

Esse curso de Libras que será ofertado vai auxiliar bastante os profissionais no ensino do aluno surdo, por que compreenderão a importância de utilizar a Libras para o ensino do aluno surdo. O art. 18 inciso III comenta os órgãos que poderão ofertar esse tipo de formação: "cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação".

A sexta dúvida buscou compreender se o AEE dispõe de recursos suficientes para a demanda:

Quadro 18. Quais recursos o AEE dispõe

D A	Estamos trabalhando para adquirir recursos, mas já conseguimos um grande avanço, como por exemplo a implantação de salas nas escolas, além de atendimento no CAEE com a equipe multifuncional: pedagoga, psicopedagoga, assistente social e psicólogos
----------------	--

	clínico e institucional.
--	--------------------------

Fonte: próprios autores (2023)

É notório o esforço que o CAEE do município vem fazendo para que o ensino do aluno surdo seja o melhor possível, a conquistas de ter um AEE nas escolas regulares já é de grande valia, ter uma equipe qualificada e profissional para melhor atender as pessoas com deficiência é uma enorme vitória que foi obtida com o passar dos anos. No artigo 5º do decreto nº 7.611 de 2011 comenta que a união deve prestar apoio técnico e financeiro para ampliar o trabalho do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (BRASIL, 2011).

4.4 Discussão sobre algumas perguntas aplicadas às professoras de Ciências Naturais e a professora de Libras e Intérprete com as aulas observadas

4.4.1 Questões observadas nas aulas das professoras de Ciências Naturais

A terceira indagação é sobre as metodologias usadas na sala de aula para conseguir a atenção dos alunos surdos, a P1 respondeu que "Uso de estratégias de fala pausada para que o aluno faça leitura labial e busco sempre fazer atividades que envolvam o aluno"; e a P2 "O aluno tem intérprete". Na observação da aula da P1 foi visto que ela utiliza da fala pausada e lenta para que o aluno consiga entender, além de repetir o assunto e sempre estar perguntando se ele entendeu o conteúdo, ela utiliza o quadro para fazer desenhos ilustrativos e mapas conceituais para uma melhor compreensão. Na aula da P2 é visto que a professora confia na intérprete para que ela consiga interpretar de modo que o aluno entenda, a intérprete repete o sinal, explica de várias maneiras até o aluno entender, além disso a professora juntamente com a intérprete utilizam o quadro para fazer desenhos ilustrativos.

Na quarta pergunta sobre os recursos adicionais levados para a sala de aula, a P1 utiliza de "Atividades mais ilustrativas", e a P2 "O aluno da sala tem interação, e uma excelente intérprete". Com isso durante a observação da aula da P1 foi visto desenhos ilustrativos feitos pela professora no quadro, e depois realizado a explicação dos mesmo. Na aula da P2 ela utilizou do quadro para fazer algumas anotações e um desenho ilustrativo, e a intérprete descreveu o conteúdo aliado com a imagem para que o aluno surdo compreendesse.

A Sétima pergunta questiona se as professoras consideram que os alunos estão sendo incluídos na sala de aula, a P1 considera que "Sim", e a P2 disse que "Sim". Durante a observação na aula da P1 foi visto uma integração do aluno surdo juntamente com a turma, eles conversam, perguntam sobre o assunto, todos da turma sabem um pouco de Libras o que faz com que consigam se comunicar. Na aula da P2 foi observado que o aluno está sendo integrado na sala também, visto que ele é oralizado, faz leitura labial e usa aparelho auditivo o que faz com que consiga conversar com os colegas.

A oitava pergunta busca saber se as professoras encontram dificuldades no ensino do aluno surdo, a P1 disse que "Não", e a P2 disse que "Não". Na observação foi visto que as professoras conseguem dar sua aula e fazer com que o aluno compreenda o assunto, mesmo que tenham que dar uma atenção a mais e buscar explicar de formas diferentes para que consigam entender.

A nona pergunta busca saber se as professoras consideram que o aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade, a P1 disse que "Sim", a P2 relatou que "Sim". Durante a análise foi visto que o ensino está sendo de qualidade pois as docentes sempre buscam que o aluno possa compreender o assunto abordado, porém não é inclusivo pois o aluno surdo necessita de um ensino bilíngue, que traga a sua língua materna Libras e o português na modalidade escrita.

4.4.2 Questão observada na intérprete da sala de aula

A quarta pergunta feita para a professora e intérprete de Libras buscou entender se o aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade, e ela respondeu que "Não, porque na realidade o ensino adequado para o surdo seria na escola bilíngue", durante a observação foi visto que a intérprete de Libras têm que lidar com os alunos fazendo perguntas, pedindo explicação sobre alguns sinais e passando na frente enquanto interpreta a aula, isso mostra que esse ambiente não propicia uma educação inteiramente adequada ao aluno surdo, mesmo que ele consiga compreender o assunto, o ideal é uma escola bilíngue.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é observado que há avanços e dificuldades com relação ao ensino do aluno surdo em escolas da rede regular de ensino no município de Valença do Piauí. Há utilização de metodologias adequadas, a atenção, preocupação em levar uma educação de qualidade, porém ao mesmo tempo a falta de formação adequada e estruturação das escolas.

É notório que há uma dificuldade por parte dos docentes em levar práticas inovadoras já que as professoras de Ciências Naturais não possuem nenhum tipo de conhecimento em Libras e em metodologias que abracem todas as especificidades dos alunos da turma.

É possível concluir-se que o ensino do aluno surdo nas escolas regulares de ensino não está sendo inclusivo, pois é imprescindível que o município ofereça uma escola que traga a educação bilíngue, onde o ensino é regado na Libras sua língua materna e no português na modalidade escrita como segunda língua, bem como conhecer sua história, suas conquistas e desafios até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Marcelo de Abreu; RODRIGUES, Micaías Andrade; CORREIO, Edneia De Oliveira Alves. O atendimento educacional especializado aos alunos surdos nas escolas municipais de Teresina na perspectiva dos docentes. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 30. 2015. Disponível em: <DOI 10.5935/2238-1279.20160014> Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília:

Ministério da Educação, 2001. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **A Resolução SE 68, de 12-12-2017, alterada pelas Resolução SEDUC nº 16, de 4-3-2022 e Resolução SEDUC nº 92, de 28-09-2021.** Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em:
<<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2022/05/resoluo-se-68-2017-e-alteraes.doc#:~:text=Artigo%2018%20%2D%20Os%20docentes%20e,promovidas%20por%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20Pasta.>> Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 11 dez. 2021.

BRASIL, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL, Decreto nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 2009. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/428-diretrizes-publicacao>> Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponha em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 jul. 2021.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Formação de professores no Curso de Pedagogia: a Educação Especial. **Cadernos CEDES**, n. 46, p. 29-40, 1998. Disponível em:
<https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena_Formacao-2017.pdf> Acesso em: 10 jan. 2022.

CARVALHO, Vanessa de Oliveira; NÓBREGA, Carolina Silva Resende de. A história de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo. **II Seminário de Potiguar: educação, diversidade e acessibilidade-uma questão de efetivação de direitos.** 2015. Disponível em:
<<https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-mato-grosso-do-sul/estudo-de-libras/artigo-a-historia-de-educacao-dos-surdos-o-processo-educacional-inclusivo/37183051>> Acesso em: 8 fev. 2022.

CÂNDIDO, Alexandre José; RIBEIRO, Andréa Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Clementina de. A história dos surdos pelo mundo. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 01-13, ago/dez, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpec/article/download/394/615>>
Acesso em: 20 jun. 2022.

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo. ALMEIDA, Luiz Gustavo Paulino de. O congresso de Milão. **In LIBRAS**. 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/congresso-de-milao>>
Acesso em: 06 dez. 2021.

ESPINDOLA, D. S. et al. Atividade lúdica para o ensino de ciências como prática inclusiva para surdos. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 58, p. 485-497, maio/ago, 2017. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313152151016>> Acesso em: 11 jan. 2022.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.18224/mos.v8i2.4424>> Acesso em: 15 abr. 2022.

MOREIRA, Fernandes Sueli, CARETTA, Laura. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista de Educação Especial**, p. 225-236. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/275>> Acesso em: 25 set. 2022.

FURTADO, R. et al. Cenário da educação de surdos na rede regular de ensino e as metodologias inclusivas para o ensino de ciências. **Revista Ciência Atual**, v. 10, n. 2, p. 01-13, 2017. Disponível em: <<https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/186/pdf>> Acesso em: 5 out. 2022.

GOIS, Ana Gabriele; ACOSTA, Fhayamma; COSTA; Ademárcia. O aluno surdo e o atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais. v. 3, n. 3, (2020): **VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34377>> Acesso em: 28 dez. 2022.

JESUS, Jefferson Diego de; FERNANDES, Sueli. Educação Bilíngue Para Surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. RIAEE - **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.3, p. 1628-1648, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10355>> Acesso em: 23 dez. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de.; POLETTI, Juliana Esteves. **A Escola Inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais**. 27ª Reunião Anual da Anped. Educação Especial, n. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/escola-inclusiva-para-surdos-situacao-singular-do-interprete-de-lingua-de-sinais>> Acesso em: 09 maio. 2023.

MATOS, Pamela do Socorro Da Silva; LOBATO, Luciano Bruno Dos Santos. Surdez e cultura como representação da identidade surda. **IV Congresso Paraense de Educação Especial**. 2017. Disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/anais_ivcpee/Comunicacao_2017/SURDEZ-E-CULTURA-COMO-REPRESENTAO-DA-IDENTIDADE-SURDA.pdf> Acesso em: 15 maio. 2023.

MAIA, Maria Inez Souza. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Revista Porto das Letras**, v. 03, n. 01, p. 101-111. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/4765#:~:text=Conhecer%20sobre%20a%20diferen%C3%A7a%20surda,educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20m%C3%ADngua%20de%20sinais.>> Acesso em: 10 ago. 2023.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de pesquisa do PPE**, Universidade Estadual de Maringá 02 a 04 de Dezembro de 2015. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3120077/mod_folder/content/0/SANDER%3B%20MORI%2C%202015.doc?forcedownload=1> Acesso em: 10 ago. 2023.

RIBEIRO, Camila de Brito. Escolarização de surdos e desenvolvimento bicultural: trajetórias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural. In Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 9. **Anais João Pessoa: ABPD**. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e3339>> Acesso em: 9 dez. 2021.

SANTOS, R. M. D. et al. Desafios do ensino de Ciências para alunos surdos. **Revista Research, Society and Development**, v. 10, n. 13. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.20757>> Acesso em: 08 maio. 2023.

SANTOS, R. M. D. et al. No ensino médio? Construindo relatos e experiências no contexto do atendimento educacional especializado. **Revista Brazilian Journal of Development**, p. 62295-62305. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n6-553>> Acesso em: 20 maio. 2023.

SANTHIAGO, Dyeniffer Simão; COLONETTI, Cinara Lino. A relação dos professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado -AEE nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Criciúma. **Saberes Pedagógicos**, v. 1, n. 1. Jan/Jun, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18616/rsp.v1i1.3186>> Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, José Affonso Tavares; OLIVEIRA, Cícera Maria De. O uso do lúdico no atendimento ao aluno surdo nas salas de atendimento educacional especializado - AEE. **VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva / I Encontro Nordestino de Inclusão na Educação Superior**. 2015. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/aei/article/view/2129/1610>> Acesso em: 17 mar. 2023.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. 2009. p. 1-49. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância, Francinópolis, 2009. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+de+Surdos&btnG=#d=gs_qabs&t=1693408317920&u=%23p%3DJ_U6XZiOpMIJ> Acesso em: 18 maio. 2022.

OLIVEIRA, Juliani Flávia de; FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara. Ensino de Ciências ao Aluno Surdo: Um Estudo de Caso sobre a Sala Regular, o Atendimento Educacional Especializado e o Intérprete Educacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 21 (2021), p. 01-23, Jan/Dez, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/22873>> Acesso em: 21 dez. 2021.

OLIVEIRA, Juliani Flávia de; FERRAZ, Denise Pereira de Alcantara; RIBEIRO, Vivian Martins. Possibilidade de articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino de ciências: um estudo sobre inclusão. **Revista Ciências & Ideias**, vol. 10, n. 2. p. 56-72, maio/ago, 2019. Itajubá - MG. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.22407/2019.v10i2.950>> Acesso em: 11 jan. 2022.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. **Bookman**. Porto Alegre, 2ª ed. 2001. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=info:KEh80gY64IoJ:scholar.google.com/&ots=-ldiluA1AB&sig=69ukvC2w120MENeyhJq5iRidVsA#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 15 dez. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

Nome: _____

1- Qual a sua formação?

2- Você tem formação em educação especial?

3- Você realizou algum curso de formação sobre a Língua Brasileira de Sinais?

4- Quanto tempo você trabalha na sua função atual?

5- Como é a sua metodologia para conseguir a atenção dos alunos surdos e para que o aprendizado seja significativo?

6- Quais recursos adicionais (além da explicação e livro didático) você usa para que o aluno com surdez possa aprender o assunto completamente?

7- Você acha que os(as) alunos(as) surdos(as) estão sendo incluídos na sala de aula?

8- Você encontra alguma dificuldade no ensino ao aluno(a) surdo(a)?

9- Você considera que o(a) aluno(a) surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade?

10- Há apoio da escola ou de instituições especializadas em relação ao ensino do aluno com surdez?

Apêndice B

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

Nome: _____

1- Qual a sua formação?

2- Quanto tempo você trabalha na sua função atual?

3- Você encontra alguma dificuldade no ensino da Libras ao aluno surdo?

4- Dentro do âmbito escolar você acha que o aluno surdo está tendo um ensino inclusivo e de qualidade, respeitando seus limites e seu tempo de aprendizado?

5- Qual a importância do Atendimento Educacional Especializado para o aluno surdo?

6- A escola oferece formação e/ou campanhas para a melhoria do ensino ao aluno com surdez?

Apêndice C

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

Nome: _____

1- Qual a função e quem o Atendimento Educacional Especializado - AEE atende?

2- Qual a importância da AEE dentro do município de Valença do Piauí?

3- Há uma relação entre escola e AEE?

4- Quais dificuldades a instituição enfrenta frente às necessidades das pessoas com surdez?

5- Há projetos ou campanhas em escolas para mostrar a importância do AEE?

6- O AEE dispõe de recursos suficientes para a demanda?

Apêndice D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – IFPI

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa de graduação intitulada de: Percepção de professores do ensino de ciências ao aluno surdo em escolas da rede pública e o ensino da Libras na sala de Atendimento educacional especializado no município de Valença do Piauí-PI, pesquisador responsável: Mayla Costa Magalhães e Dalvanny Silva e Sousa Ferreira – Aluno(a) de graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Piauí, Campus Valença. Contatos: E-mail; dalvannysilvaferreira@gmail.com.

Telefone: (89) 999273106.

Esta pesquisa segue rigorosamente todas as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. E o motivo que nos leva a estudar o tema é: a necessidade de entender como acontece o ensino do aluno surdo em escolas da rede pública, assim como as estratégias e métodos usados pelos professores no ensino de Libras e de Ciências Naturais a esses alunos que precisam de um ensino de qualidade.

O procedimento de coleta de dados será realizado por meio de questionários semiestruturados e anônimos, contendo informações sobre o ensino ao aluno com surdez. Os questionários serão aplicados com professores de Ciências Naturais nas escolas Professor João Calado e Oto Martins Veloso, com o diretor do Atendimento Educacional Especializado e com a professora de Libras no trabalho dentro do AEE no município de Valença do Piauí-PI.

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Objetivo Primário:

- Investigar as práticas pedagógicas dentro da sala de atendimento educacional especializado e nas escolas regulares de ensino em Valença do Piauí.

Objetivos secundários:

- Identificar as metodologias usadas pelos docentes e pelo ensino da Libras no atendimento educacional especializado e nas escolas regulares;
- Conhecer a formação dos docentes na área de educação especial com alunos surdos;
- Compreender quais dificuldades os(as) professores(as) de ciências naturais da escola regular e do AEE encontram no trabalho com o(a) aluno(a) surdo(a).

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Pode haver desconforto e risco mínimo com a leitura e preenchimento das respostas. Reforça-se aqui, que se trata de uma pesquisa como adesão livre e espontânea, não havendo a intenção ou possibilidade de violação do sigilo para a autoria das respostas.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA:

As respostas após a execução do diagnóstico investigativo serão utilizadas para produzir gráficos e tabelas que expressem os resultados obtidos. Todo o processo será acompanhado pelo pesquisador e orientador desta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Conforme exigências da Resolução 466/12 do Conselho nacional de Saúde, você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Sinta-se livre para recusar-se participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração de um artigo de conclusão de curso, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – IFPI Campus Valença do Piauí. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado ficará com a responsável pela pesquisa Dalvanny Silva e Sousa Ferreira e outra lhe será fornecida.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa reporta-se EXCLUSIVAMENTE a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – IFPI Campus Valença.

Quaisquer dúvidas e esclarecimentos entre em contato com a orientadora Mayla Costa Magalhães.

Orientador Responsável:

Professora: Mayla Costa Magalhães

Discente: Dalvanny Silva e Sousa Ferreira

Graduando em Ciências Biológicas-IFPI Campus Valença.

Endereço: Avenida Joaquim Emanuel, S/N, Novo Horizonte, Valença do Piauí (PI)

IFPI Campus Valença do Piauí – CEP: 64.300-000 – Valença – Piauí

Telefone: (89) 99910-7398

E-mail: mayla.magalhaes@ifpi.edu.br

E-mial: dalvannysilvaferreira@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: Rua Cícero Duarte, Nº 905

Bairro Junco - CEP: 64.607.670

Telefone: (89) 3422-3003

E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE

“Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato, rubrico e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Assinatura do participante

Data

Assinatura do pesquisador

Data